Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

CORPOS INTERDITADOS NO BRASIL DAS DESIGUALDADES HISTÓRICAS: educação, racismo e LGBTfobia na trajetória do barítono Raimundo Pereira (1990-2006)

Marcia Pereira de Oliveira
Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

Resumo
Este artigo tem como objetivo refletir, a partir da trajetória do cantor de ópera Raimundo Pereira, sobre obstáculos historicamente impostos à escolarização de pessoas subalternizadas. Nos caminhos da História Oral indagamos: como a presença de corpos não hegemônicos de pessoas negras e homossexuais são interditados em espaços educacionais e artísticos? Enfatizamos a temporalidade entre 1990 e 2006 por relacionar-se ao percurso de formação universitária e militante do sujeito protagonizado na pesquisa. Priorizamos fragmentos de documentos orais produzidos mediante entrevistas realizadas com contemporâneos do artista e trechos de sua autobiografia. Interpretamos que Raimundo Pereira interrompeu sua trajetória acadêmica em razão do conjunto de opressões sobrepostas e indissociáveis de suas identidades homossexual, de classe, raça e regionalidade. Assim, argumentamos que discursos meritocráticos, antigênero, racistas e classistas desconsideram fatores históricos e operam por meio da produção de estereótipos negativos, culpabilizando grupos vulnerabilizados, desresponsabilizando o Estado e a sociedade quanto a medidas de reparação.
Palavras-chave: história da educação; racismo; homofobia.

BODIES PROHIBITED IN BRAZIL RESULTING FROM HISTORICAL INEQUALITIES: education, racism and LGBTphobia in baritone Raimundo Pereira's trajectory (1990-2006)

Abstract
This article aims to reflect, based on the trajectory of opera singer Raimundo Pereira, on obstacles historically imposed on the education of subordinated people. In the paths of Oral History, we ask: how is the presence of non-hegemonic bodies of black and homosexual people prohibited in educational and artistic spaces? We emphasize the temporality between 1990 and 2006 as it relates to the university and activist training path of the subject starring in the research. We prioritize fragments of oral documents produced through interviews carried out with the artist's contemporaries and excerpts from his autobiography. We interpret that Raimundo Pereira interrupted his academic trajectory due to the set of overlapping and inseparable oppressions of his homosexual, class, racial and regional identities. Thus, we argue that meritocratic, anti-gender, racist and classist discourses disregard historical factors and operate through the production of negative stereotypes, blaming vulnerable groups, depriving the State and society of responsibility for reparation measures.
Keywords: history of education; racism; homophobia.

ORGANISMOS PROHIBIDOS EN BRASIL POR DESIGUALDADES HISTÓRICAS: educación, racismo y LGBTfobia en la trayectoria del barítono Raimundo Pereira (1990-2006)

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

Resumen
Este artículo tiene como objetivo reflexionar, a partir de la trayectoria del cantante de ópera Raimundo Pereira, sobre los obstáculos impuestos históricamente a la educación de personas subordinadas. En los caminos de Historia Oral nos preguntamos: ¿cómo se prohíbe la presencia de cuerpos no hegemónicos de personas negras y homosexuales en los espacios educativos y artísticos? Destacamos la temporalidad entre 1990 y 2006 en cuanto se relaciona con el transcurso de la formación universitaria y militante del sujeto realizado en la investigación. Priorizamos fragmentos de documentos orales producidos a través de entrevistas con contemporáneos del artista y extractos de su autobiografía. Interpretamos que Raimundo Pereira interrumpió su trayectoria académica por el conjunto de opresiones superpuestas que son inseparables de sus identidades homosexual, de clase, racial y regional. Así, argumentamos que los discursos meritocráticos, anti-género, racistas y clasistas desestiman factores históricos y operan a través de la producción de estereotipos negativos, culpabilizando a grupos vulnerables, restando responsabilidad al Estado y a la sociedad en las medidas de reparación.
Palabras clave: historia de la educación; racismo; homofobia.

INTRODUÇÃO

Refletir a respeito de pessoas vulnerabilizadas e seus impedimentos para continuidade dos estudos formais no Brasil no presente prescinde de um esforço de historicização e contextualização que envolve não apenas as últimas décadas, mas mazelas seculares que, latentes como enfermidades crônicas e virulentas, volta e meia ameaçam ressurgir e recrudescer. Nesse sentido, buscamos apoio em Cunha (2009), ao mencionar que:

> A educação escolar brasileira é herdeira direta do sistema discriminatório da sociedade escravagista sob dominação imperial. Mesmo tendo deixado de existir, o escravagismo deixou marcas persistentes na escola atual, apesar do avanço do capitalismo no Brasil e de alguns períodos de maior abertura do sistema político (Cunha, 2009, p. 31).

Não obstante a menção de períodos de abertura política referidos pelo autor citado, importa lembrar (para não voltar a esquecer) que em passado recente o país enfrentou levantes saudosistas do autoritarismo e dominação. Em vista disso, trazemos à baila a perspectiva dicotômica da educação com raízes na separação hierarquizada entre mundos em oposição: o ensino elitizado (superior) e a oferta de formação profissionalizante para os remanescentes da escravização e seus descendentes (Cunha, 2009). Nessa perspectiva, asseveramos que, com base na ideia de herança dominadora, na

> [...] sociedade imperial-escravocrata e mesmo nas primeiras décadas do período republicano a educação escolar se organizava em função de dois polos opostos[...] ensino secundário para as elites e o ensino profissional ministrado nas escolas agrícolas e escola de aprendizes artífices, destinado formação da força de trabalho a partir de crianças órfãs, abandonadas ou simplesmente miseráveis (Cunha, 2009, p. 31-32).

Nosso personagem, o artista Raimundo Pereira, homem negro e homossexual, compôs o contingente das gerações subsequentes àqueles que, depois de ter sua força de trabalho explorada, foram descartados e jogados à própria sorte com suas cartas de alforria, porém, desprovidos de condições adequadas para alcançar ascensão econômica e social, dentre essas, a escolarização prolongada.

A narrativa histórica vigente, contudo, relata e registra a benevolência da princesa que concede a liberdade dos escravizados e é eternizada como salvadora. Nesse sentido, cabe ressaltar que, conforme Evaristo (2019, p. 27) "[...] a história, como ciência do discurso oficial, deixa imensas

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

lacunas". Segundo Cunha (2009), com a alforria, as classes dirigentes passaram a se preocupar com o crescimento das populações urbanas e com a necessidade de disciplinar esses corpos agora *livres* para o trabalho. Assim, uma das medidas de disciplinamento foi a criação das escolas de aprendizes artífices.

Aproximadamente setenta anos após a criação das escolas de aprendizes artífices, conforme Cunha (2009), intensificou-se ainda mais a migração para as áreas urbanas e houve alterações substanciais na demografia do país: a população, antes majoritariamente rural, passou a migrar para as cidades. Foi em 1978, no contexto inicial dos intensos movimentos migratórios da década de 1980, que Raimundo, então com dezoito anos, saiu do interior do Piauí para morar na capital do Estado, Teresina.

Veio justamente estudar na Escola Técnica Federal do Piauí – instituição originada a partir da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí. A mudança, à época, era entendida como oportunidade de ascensão para jovens de classes menos favorecidas. Contudo, sobre as imigrações, Cunha (2009) inferiu que não obstante o processo de industrialização acelerado a partir da década de 1960 no Brasil, a participação da escola e na escola voltada para essa população não ofereceu oportunidades robustas, o que

> [...] se explicaria pela demanda relativamente fraca de escolarização por contingentes populacionais desprovidas de experiências prévias desse tipo, pela *existência de uma pequena e inadequada oferta de oportunidades de escolarização, aliada a uma grande eficácia do aparato educacional na discriminação sociocultural* (Cunha, 2009, p. 32, grifo nosso).

O diálogo com a historiografia nesta introdução foi realizado com a intenção de enfatizar que processos excludentes não ocorrem sem que haja um ponto de partida, nem ficam cristalizados em um tempo estanque, mas, a depender de onde se parte, há implicações para o ponto de chegada que podem atravessar gerações. Feitas as pontuações, cabe esclarecer que nossa argumentação seguiu linha de raciocínio que se apoiou na Metodologia da História Oral, por entender, juntamente com Pereira (2021), que

> A Metodologia da História oral tem sido muito importante, ao longo das últimas décadas, para a construção das histórias das diversas lutas sociais no Brasil. Movimentos articulados em torno de dimensões sociais como raça, gênero e sexualidade, entre outras, têm sido estudados e bem mais conhecidos graças às narrativas de re(existências) produzidas em entrevistas que compõem projetos de pesquisa em áreas como a História, as Ciências Sociais e a Educação (Pereira, 2021, p. 15).

As fontes orais foram buscadas dentre os familiares (Luis Pereira Falazar, irmão do artista), professores (Frederico Marroquim, Paulo Libório, Ângela Pessoa) e contemporâneos do cantor lírico (Cláudia Tenório, Cláudio Nascimento, Carla Ramos, José Wellington Santos) e interpretadas com inspiração na perspectiva da História Cultural. Conceitos como interdição (Foucault, 2010) e interseccionalidades (Akotirene, 2020) foram mobilizados de maneira conectada e relacionados ao sujeito protagonizado na pesquisa.

Assim, além dos aspectos relacionados à História da Educação no Brasil, como questões de acesso e oferta de ensino dicotômico, adicionalmente trataremos de outras formas de opressão, como racismo e homofobia. Deste modo, o texto é dividido nessa introdução, na qual tratamos das origens excludentes da educação no Brasil, em duas seções adicionais discutindo interseccionalidades e re(existências), além das considerações finais, espaço em que deixaremos

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

nossas impressões sobre as opressões sobrepostas que atravessaram o percurso de Raimundo Pereira e as formas de re(existir) empreendidas pelo cantor de ópera.

Isso posto, destacamos nas sessões a seguir discursos que permearam a pesquisa no decorrer das análises, quais sejam: meritocracia, racismo, homofobia e vulnerabilidade socioeconômica. Nessa perspectiva, analisamos as interdições encontradas no percurso de Raimundo Pereira e as formas que ele construiu para resistir aos impedimentos encontrados ao longo do caminho empreendido para estudar e cantar ópera.

INTERDIÇÕES

Na obra *Os Anormais*, Michel Foucault traz a figura do sujeito que foge às normas, aquele que, dentro de uma estrutura social que elege quem é perigoso (ou nocivo/indesejável) e que, portanto, em defesa da sociedade, deve ser interditado. Conforme Foucault (2010), esses sujeitos, por escaparem aos procedimentos disciplinares aplicados ao corpo pela escola, exército, família e outras instituições, distanciam-se da normatividade e em razão dessa desobediência às regras sofrem sanções. Nesse sentido,

> A interdição constituía a medida judiciária pela qual *um indivíduo era parcialmente desqualificado como sujeito de direito.* Esse contexto jurídico e negativo, vai ser em parte preenchido, em parte substituído por um conjunto de técnicas e de procedimentos mediante os quais se tratará de disciplinar os que resistem ao disciplinamento e de corrigir os incorrigíveis (Foucault, 2010, p. 286, grifo nosso).

Referimo-nos aqui à interdição de maneira extensiva, para tratar de medidas e/ou omissões prejudiciais ao exercício de direitos por pessoas que fogem ao padrão hegemônico ocidentalizado, representado pela "[...] mulher branca cis, heterossexual, de classe média, cristã, magra e sem deficiências e pelo homem branco igualmente cis, heterossexual, de classe média, cristão, magro e sem deficiências" (Nascimento, 2021, p. 18). No caso do Estado, Quinalha (2021) chamou a atenção para a forma sistemática pela qual os homossexuais eram controlados no período ditatorial no Brasil:

> A análise de diversos episódios sobre como se dava a violência na interdição das sexualidades dissidentes, atuando, sobretudo, na profusão de discursos normativos restritivos no campo dos costumes, indica contornos bastante claros de uma política específica de regulação dos desejos, dos corpos dos afetos por parte da ditadura brasileira (Quinalha, 2021, p. 97).

Raimundo Pereira viveu sua juventude e parte de sua idade adulta no período da ditadura civil-militar no Brasil. Homem homossexual e negro, "dissidente da cisheteronormatividade" (Nascimento 2021, p. 19), rompeu com as normas do modelo cisheteropatriarcal ao qual se refere Akotirene (2020), e sofreu sanções por fugir à norma da cisgeneridade branca, tendo seu corpo interditado em espaços reservados para grupos normalizados. No contexto das opressões imbricadas, importa informar que, como dito antes, o cantor de ópera era nordestino e de classe social desprovida de elevados recursos materiais.

Nesse mesmo escopo, Nascimento (2021) pontua que "[...] as opressões de gênero se interceptam com os preconceitos e discriminações de raça/etnia, classe, orientação sexual, localização geográfica, origem, religião, gordofobia, capacitismo, entre outros" (Nascimento, 2020, p. 46). Nesse sentido e até aqui, não se pode falar em escolhas, pois o barítono não escolheu ser negro, gay e nordestino, características que impuseram a ele o enfrentamento de barreiras

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

interseccionadas que, dito de outro modo, interditam corpos não hegemônicos. Diante das interdições, o cantor escolheu ser militante e implicar-se no ativismo pelos direitos homossexuais.

Quanto ao termo interseccionalidade, originariamente cunhado a partir do feminismo negro, tendo sido popularizado por Kimberlé Crenshaw (2001)[1], configura-se nas análises feitas nesse texto como tentativa de ampliar a perspectiva meritocrática, sair do raso e buscar um maior aprofundamento quanto aos espaços de acesso limitado para grupos e pessoas vulnerabilizadas.

Especificamente, como escolarização prolongada, aqui consideramos o percurso correspondente ao ensino básico até a conclusão da graduação. O que consta da autobiografia do barítono é que iniciou os estudos aos nove anos de idade, na cidade de José de Freitas, deu continuidade em Teresina, capital do Estado, na Escola Técnica Federal do Piauí – ETFPI, e posteriormente ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, na cidade do Rio de Janeiro (Tojeiro, 2004).

Contudo, sua trajetória escolar não foi linear e regular, em geral atravessada por dificuldades de ordem material, relativa a necessidades básicas, como fardamento, deslocamento, moradia. O encontro de fatores interligados dentro de uma organização social estratificada trouxe algumas questões que foram registradas na autobiografia e assinaladas pelos entrevistados, como apontaremos a seguir.

Sobre o período da ETFPI, a professora Ângela Pessoa (entrevista, 2022)[2] relatou que Raimundo não dispunha de recursos para fazer a farda, então ela provia o dinheiro para compra do tecido, ele mandava confeccionar em José de Freitas e ela pagava a mão de obra da costureira. Posteriormente, essa mesma professora conseguiu, para o então estudante, um trabalho remunerado, que passou a trabalhar no contraturno das aulas.

Ainda na época da Escola Técnica, quando já participava de atividades como coralista, retornou para morar em José de Freitas, por dificuldades de permanência em Teresina. Nesse período, segundo Cláudia Tenório (entrevista, 2022)[3], Professora e coralista do Coral do Amparo, os colegas, professoras e professores do coro se cotizavam para custear as passagens de José de Freitas à Teresina, para que Raimundo continuasse frequentando os ensaios.

Professor Frederico Marroquim (entrevista, 2021)[4], professor Paulo Libório (entrevista, 2021)[5], o artista plástico Luís Falazar (entrevista, 2020)[6] e a pianista Carla Ramos (entrevista, 2020)[7] se referiram aos desafios enfrentados pelo artista em relação à moradia em Teresina. Raimundo morou na casa do irmão, na Casa do Estudante[8] , com a família Ramos e na residência de Frederico Marroquim.

---

[1] Kimberlé Crenshaw é intelectual afro-estadunidense e utilizou o termo interseccionalidade na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, conferindo popularidade ao termo desde então (Akotirene, 2020).

[2] Entrevista concedida presencialmente à Marcia Pereira de Oliveira, em 2022.

[3] *Ibidem.*

[4] Entrevista concedida presencialmente à Marcia Pereira de Oliveira, em 2021.

[5] *Ibidem.*

[6] Entrevista concedida presencialmente à Marcia Pereira de Oliveira, em 2020.

[7] *Ibidem.*

[8] O prédio da antiga Casa do Estudante do Piauí, onde Raimundo Pereira chegou a morar, situado na Rua Rui Barbosa, no centro da cidade de Teresina, após anos de abandono (como vários imóveis do centro da cidade), desabou em abril de 2023. Disponível em https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/04/19/predio-onde-funcionava-a-antiga-casa-do-estudante-desaba-no-centro-de-teresina.ghtml. Acesso em 19 abr. 2023.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

Tais condições evidenciam as vulnerabilidades de ordem econômica que permearam a trajetória escolar do estudante. Já no Rio de Janeiro, o barítono registrou que passou por "[...] sérios apertos e dificuldades: o momento não era dos melhores. Abandonei o curso porque não aguentei o 'rojão', como dizem lá no Piauí" (Tojeiro, 2004, p. 8). Aparentemente, as dificuldades, embora não explicitamente apontadas, eram de natureza material.

Sobre a UNIRIO da década de noventa, período em que Raimundo Pereira esteve matriculado, indagamos ao professor José Wellington Santos (entrevista, 2021)[9] sobre a presença de estudantes negros na instituição. O docente, que à época estudava na UNIRIO, instituição em que atualmente leciona, informou que nos anos noventa havia pouquíssimos estudantes negros, sendo poucos os que conseguiam entrar, dada a dificuldade do teste de aptidão musical.

Aqueles estudantes negros que o professor José Wellington chegou a conhecer, segundo o docente, eram provenientes das Igrejas Batistas, que, por oferecer uma robusta formação musical, potencializavam as chances de os estudantes alcançarem aprovação e ingressarem na universidade. Conforme o professor, a presença de discentes negros só veio a aumentar após as políticas de ações afirmativas iniciadas a partir de 2004 e com a lei de cotas em 2012.

Com base nas entrevistas citadas, entrecruzadas com os registros do barítono em articulação com as leituras sobre interseccionalidades, uma das interpretações que pontuamos é da academia como *lócus* ainda represado, majoritariamente masculino, heterossexual e branco, um lugar de interdições, ou, como expresso pelo barítono: "Cá entre nós: a Academia não é lá muito democrática. É privilégio de poucos" (Tojeiro, 2004, p. 57). Todavia, se por um lado, as escolas e universidades podem ser lugares não democráticos, por outro lado, também não são estáticos e estão sujeitas a mudanças. Para Louro (2014, p. 123-124),

> As condições de existência das instituições escolares e acadêmicas estão, certamente, em transformação [...]. A presença maciça das meninas e mulheres nas salas de aula [...]; a maior visibilidade dos sujeitos homossexuais e bissexuais e seu reconhecimento pela mídia; a imposição das discussões sobre sexo e sexualidade, a partir da expansão da Aids; o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento formal; a extraordinária revolução das formas e meios de comunicação – todos esses e muitos outros estão atravessando-a.

O movimento de transformação da escola e da sociedade não se deu de uma hora para a outra, nem é algo que aconteça sem que haja disputas. Raimundo viveu a ebulição provocada pela ditadura, pela epidemia de Aids. Esses foram alguns dos enfrentamentos dele e de seu tempo, assim como no presente enfrentamos a ascensão da extrema direita, dos discursos de ódio, dos embates antigênero.

Assim como hoje existem aqueles que resistem, Raimundo Pereira também apresentou suas formas de re(existir) com as armas de seu tempo. Aqui tratamos de alguns desafios enfrentados pelo cantor de ópera. A seguir, reconhecemos que, não obstante as interdições, houve re(existências).

RE(EXISTÊNCIAS)

Referir-se a si como "[...] homossexual sem medo de ser feliz" (Tojeiro, 2004, p. 8), e afirmar: "Sempre faço questão absoluta de dizer que sou negro e nordestino" (Tojeiro, 2004, p.

[9] Entrevista concedida à Marcia Pereira de Oliveira, por meio da plataforma *Google Meet*, em 2021.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

120), são dois registros que o barítono Raimundo Pereira deixou marcados em sua autobiografia, ambos autodefinindo-se e se posicionando acerca de quem era e de suas origens.

Quanto à relevância política e coletiva de autodeterminar-se e/ou autodefinir-se, Nascimento (2021) colocou que: "[...] o conceito de autodeterminação, ou ainda autoidentificação, é importante para que possamos 'desdemonizar' as pessoas que escolhem cruzar as fronteiras binárias de gênero" (Nascimento, 2021, p. 26).

Ao se autoidentificar como homossexual, negro e nordestino, Raimundo resolve "[...] botar a cara a tapa" (Tojeiro, 2004, p. 8), e aqui manifesta uma escolha. Escolha que caracteriza o viés político e militante do cantor que defendia os direitos homossexuais. Contudo, *se assumir* e atuar no movimento trouxeram as consequências de romper fronteiras, inclusive, em alguns casos, enfrentando a rejeição da própria família, pois, nas décadas de 1980 e 1990, como relatou Cláudio Nascimento (entrevista, 2020)[10]:

> A maioria dos militantes eram pessoas muito rejeitadas pela família... não dava nem para pensar o que eu passei para garantir as duas refeições por dia. Porque de manhã você ainda conseguia enganar com um copo de água até 11:30, meio-dia comer para depois segurar até a noite para jantar, se conseguisse jantar. Maioria dos militantes foi assim e tudo mais. Raimundo é dessa época, então é muito importante analisar o Raimundo Pereira nesse contexto extremamente grave, em um quadro de assassinatos de homossexuais extremamente grave, *onde a inserção profissional de gays assumidos era extremamente difícil* (grifo nosso).

Estudar e trabalhar, para algumas pessoas, não é algo tão natural, regular e dentro das expectativas da vida adulta quanto para outras. Gênero, sexualidade, raça, classe, não são apenas conceitos para se abstrair e discutir academicamente, são condições que guardam relação de causalidade com a concretude da vida. Logo, concordamos com Bento (2022) ao explicitar que

> [...] o conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas 'habilidades' com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa (Bento, 2022, p. 21).

Raimundo Pereira *escolheu* a militância, ou pode lhe ter faltado disciplina, como supuseram alguns entrevistados. Entretanto, a discussão acerca de ter escolhas pode ser complexificada sobre os porquês de historicamente os níveis elevados de escolaridade permanecerem circunscritos a uma parcela da sociedade (Vaz, 2022). Segundo Santos (2022), em um país de desigualdades abissais como o Brasil,

> [...] o posicionamento dos povos pretos e indígenas, ainda que inserido em um contexto de fortalecimento (se comparado a, por exemplo, os anos 1990 e os retrospectivos), sempre teve de combater um pensamento cristalizado, mas disfarçado, referente à diferenciação histórica entre os povos que conforma(ra)m a ideia de "nação brasileira". São, pois, discursos, em maior relevo, vinculados ao racismo e ao classismo (nos quais estratégias sofisticadas se desenvolvem), que desembocam, por exemplo, no discurso meritocrático — sinônimo de que ser preto/indígena não representa um ponto importante para a ascensão social (i.e., o simples *"se não conseguiu foi porque não se esforçou*

[10] Entrevista concedida à Marcia Pereira Oliveira, por meio da plataforma *Google Meet* em 2020.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

> *o suficiente"*). Encarar a ideologia meritocrática é fundamental para refletirmos sobre como, mesmo como combatido — ou não verbalmente articulado —, o discurso meritocrático atinge direta e profundamente a população afro-brasileira inserida na lógica acadêmica (Santos, 2022, p. 3, grifo nosso).

Sobre não se esforçar o suficiente, para Vaz (2022), "[...] a máxima 'basta se esforçar para alcançar as recompensas' não contabiliza os inúmeros e desumanos esforços e opressões que são impostos aos grupos raciais vulnerabilizados" (Vaz, 2022, p. 73). Cláudio Nascimento, que, assim como Raimundo, migrou do Nordeste, é negro e homossexual, falou de sua própria experiência no percurso acadêmico, que teve que abandonar quando mais jovem, só retomando aos quarenta anos. Sobre a experiência de Raimundo com o canto lírico, relatou

> Onde ele foi querer estar? Na música clássica, e logo como barítono. Não é tão simples. Ele sabia o quanto nesse mundo da música clássica, por mais que tenha talento, é muito difícil assumir esse lugar de identidade por conta desse classicismo, esses tradicionalismos. Um lugar de tradição, família e propriedade. Não tem jeito, tempo inteiro essas três estão conectadas. Aí vem valorativos, uma ideia de como é que fala de educação a partir de quem tem lastro familiar, quem tem nome. Então vai ser reconhecido nesse espaço não é simples. Hoje já se tem mais possibilidades de inclusão porque se abriu mais para o debate da discriminação de classe econômica, de raça e gênero, mas na época isso não era possível. (Claudio Nascimento, entrevista, 2020).[11]

Conforme Vaz (2022), o mito da democracia racial, aliado as diversas formas de discriminações, corroboram com a perspectiva interseccional, pela qual certos espaços permanecem "[...] historicamente tão monocromáticos" (Vaz, 2022, p. 27). No que concerne à disputa pela manutenção de lógicas autoritárias, capacitistas, classistas, homofóbicas, racistas e sexistas, acompanhamos na história recente do país uma espécie de cruzada pela volta (ou fortalecimento, considerando que estava viva e pulsante) de uma cultura segregacionista, como explicou Vaz (2022, p. 21)

> O recrudescimento do autoritarismo estatal, associado à guinada de movimentos ultraconservadores, defensores de ideologias abertamente racistas/nazifascistas, tem prejudicado a evolução da agenda antidiscriminação. Temos testemunhado graves retrocessos na concretização de direitos de grupos vulnerabilizados, além de inúmeros ataques às políticas de ações afirmativas.

Em relação aos retrocessos, interessa tratar da violência contra pessoas homossexuais, alimentadas e estimuladas por discursos preconceituosos, que além de obstar acesso e gozo de direitos civis e políticos ainda colocam em risco existências. Relativamente às agressões físicas de pessoas LGBTQIA+, Raimundo já se referia com receio, há quase duas décadas:

> Vejo com muita preocupação este movimento neonazista que aflora em toda Europa e no Brasil, principalmente nos grandes centros. Deve-se tomar alguns cuidados, como andar sempre acompanhado para evitar confrontos com esses *skin-heads* tupiniquins, que não fazem absolutamente parte da cultura brasileira (Tojeiro, 2004, p. 67).

Quanto às outras formas de violência, Raimundo também se manifestou acerca do "[...] estigma da peste gay [...] Perversamente o gay passa a ser associado a AIDS" (Tojeiro, 2004, p. 72), referindo-se às perdas de amigos, sobre a mudança radical dos comportamentos sexuais por receio

[11] Entrevista concedida à Marcia Pereira de Oliveira, por meio da plataforma *Google Meet* em 2020.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

da doença e falta de informação. Ao trazer suas reminiscências sobre o ativismo e demais vivências, o barítono deixou sua contribuição, pois, de acordo com Pereira (2021, p. 15),

> As memórias e histórias de sujeitos políticos na luta por igualdade, como negros e negras, mulheres, LGBQIA+, por exemplo, mostram-se potentes no sentido de contribuir tanto para produção de conhecimentos sobre a sociedade, realizada nas universidades, como para a construção de uma educação antirracista, que trate com respeito e qualidade acadêmica as diversas dimensões sociais presentes nos currículos e nas escolas brasileiras. Diferentes corpo-oralidades estão cada vez mais presentes nas universidades e em outros espaços de produção de conhecimentos, como as artes em geral e a música em especial, contribuindo para a igualdade e o respeito às diferenças.

Nesse sentido, ao registrar passagens de sua vida e contribuir para história das lutas por direitos dos homossexuais, Raimundo re(existiu) diante de estereótipos negativos, inclusive se assumindo gay antes da despatologização dos corpos que escapam às normas e padrões estabelecidos. Vale destacar que apenas há 33 anos, em dezessete de maio de 1990, foi retirado o código 302.0 (homossexualismo) da Classificação Internacional de Doenças (CID)[12], fruto de todo um processo de lutas dos movimentos por direitos. Sobre a militância pela conquista da cidadania homossexual, Cláudio Nascimento (entrevista, 2020)[13] expõe

> Então assim, hoje eu vejo muitos darem muita opinião, muita lacração, encantamento: eu fico olhando assim, tadinho não sabe onde é o que o galo cantou, não sabe metade do que a gente viveu. Saberia inclusive até valorizar mais as conquistas e momentos que está vivenciando. Era impossível a gente falar qualquer coisa.

Em 04 de junho de 2010[14], foi estabelecido que a data 17 de maio seria Dia Nacional de Combate à Homofobia. Reiteramos que, na arena de lutas envolvendo disputas entre conquistas e retrocessos, os movimentos sociais têm sido o divisor de águas. No campo da educação contra práticas discriminatórias, Evaristo (2019) chama a atenção para cada gesto de re(existência) como significativos para conquista de direitos

> Ações de (re)existência escapolem do que está previsto pelo poder mandatário. E são ações que precisam ser vistas, consideradas como fenômenos que interferem no entendimento da história, mesmo quando são ignoradas pelo relato oficial [...] Ações de (re)existência, mesmo que pensemos que são ações minúsculas, pois não conseguem atingir a estrutura da organização da sociedade, são fundamentais para a garantia de sujeitos e comunidades subjugadas e quando repetidas e renovadas, além de se tornarem paradigmáticas e didáticas, aos poucos permitem aos sujeitos e às coletividades envolvidas obter alguns resultados. Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas de ações afirmativas na educação são resultados de longos anos de luta do Movimento Negro Unificado e da atuação de professores comprometidos com uma educação que pudesse ser efetivada como direito de todas as pessoas (Evaristo, 2019, p. 45-46).

[12]Disponível em https://may17.org/about/ e https://revistaafirmativa.com.br/ha-33-anos-a-oms-removia-a-homossexualidade-da-lista-de-disturbios-mentais/. Acesso em 17 maio 2023.

[13] Entrevista concedida à Marcia Pereira de Oliveira, por meio da plataforma *Google Meet* em 2020.

14 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/dnn/dnn12635.htm. Acesso em 17 maio 2023.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

Segundo Vaz (2022), O Movimento Negro Unificado – MNU, fundado em 1978, foi responsável por avanços significativos no âmbito das ações afirmativas e deve ser atribuído aos movimentos negros no Brasil conquistas como "[...] criminalização do racismo, reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos na Constituição de 1988, aprovação da Lei nº10.639/2023[15] e implementação das cotas raciais" (Vaz, 2002, p. 59).

Os movimentos políticos por direitos das populações vulnerabilizadas não ocorreram isoladamente. Acontecimentos políticos na Europa que antecederam o maio de 1968 (segunda Guerra Mundial, Primavera de Praga)[16], a luta armada nos países da África do Sul pelo fim da colonização, a guerra do Vietnã e outros acontecimentos históricos que culminaram no *maio de 68*[17], se espalharam pelo mundo. Em 1969, "[...] a Revolta de Stonewall[18] marca, oficialmente, o início das lutas por direitos da população LGBT nos Estados Unidos da América" (Oliveira, 2018, p. 73).

No Brasil, a década de 1970, embora dentro do regime autoritário pelo qual passava o país (e talvez por isso mesmo), foi um período em que eclodiram e se fortaleceram também os movimentos feministas e homossexual (Quinalha, 2021). Em 1978, mesmo ano de fundação do MNU, foi criado o movimento social homossexual – MHB, a partir do *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, que realizou sua primeira reunião em maio de 1978, na Universidade de São Paulo – USP (Caetano *et al.*, 2018). No que diz respeito a um dos papeis dos movimentos organizados, qual seja, o de visibilizar as pautas e preservar as memórias, enfatizamos que

> O direito à memória é sinônimo de garantia de existência, resistência e conquista da cidadania para os movimentos sociais implicados na defesa da democracia em nosso país. A proposição parte do entendimento de que é em torno também do lembrar-se, (re)conhecer-se e recriar-se que é promovida a melhoria da qualidade de vida da população e os laços de pertencimento. Acreditamos que estas possibilidades de construção e apropriação da memória por parte das populações lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI) são eixos de extrema relevância à construção cotidiana da democracia e, com ela, da cidadania, ainda hoje (Caetano *et al.*, 2018, p. 8).

Foi em um cenário antidemocrático, de repressões políticas e policiais, bem como silenciamentos, que Raimundo Pereira foi constituindo suas subjetividades. Quinalha (2021) enfatiza que "[...] sem sombra de dúvida, o apagamento dessas formas diversas de violência[19] deu uma contribuição inestimável para naturalizar atos de discriminação e os altos índices de agressões físicas e de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil hoje" (Quinalha, 2021, p. 97). Assim, assumir-se homossexual, fazer-se cantor de ópera, atravessar o país em busca de estudar noutro Estado, foram algumas das medidas de sobrevivência e re(existências) do barítono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raimundo Pereira da Silva, ou *o barítono Raimundo Pereira*, como ficou conhecido no Piauí, ou ainda como militante pelos direitos de cidadania homossexual, nos fez refletir sobre como nosso

[15] Lei que confere obrigatoriedade de inclusão no currículo a obrigatoriedade do ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana (Vaz, 2022, p. 59).
[16] Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/historiag/primavera-praga.htm. Acesso em 25 maio 2023.
[17] Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/historiag/maio-1968.htm. Acesso em 20 abr. 2023.
[18] Em de 28 de junho de 1969, na cidade de Nova Iorque, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais reagem a uma abordagem violenta da polícia no Bar Stonewall Inn. Durante três dias e três noites, a comunidade LGBT e aliados/as resistiram ao cerco policial (Caetano *et al.*, 2018, p. 73).
[19] Repressão de pessoas LGBT no período autoritário no Brasil (ditadura civil-militar 1964-1985).

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

conhecimento é limitado e como pode haver muitas vidas em uma só vida. Cotejar fontes, na intenção não de encontrar respostas, mas de desenrolar o novelo de uma história que remeteu a muitas outras, tem sido ao mesmo tempo desgastante e fascinante.

Imergir num momento político recente, em que lutas de décadas pelo reconhecimento da humanidade e dos direitos de ocupar espaços por pessoas negras, com deficiência LGBTQIA+, mulheres, e de tantas outras estavam sendo diluídas em discursos retrógados, foi adoecedor e revoltante.

Vislumbrar o desabamento de anos de luta foi doloroso, mas trouxe o advento de mostrar que os alicerces dos direitos conquistados têm suas fragilidades, portando faz-se necessária a atenção aos maus ventos dos autoritarismos, preconceitos e violências, que balançaram e por pouco não fizeram ruir conquistas duramente alcançadas, aprofundando ainda as desigualdades cotidianas dos grupos vulnerabilizados e subalternizados.

Raimundo Pereira fez-se atento. Escrever a própria narrativa de si, selecionar o que queria deixar registrado, as pessoas que queria citar, fazer um *mapa*, um roteiro para quem porventura viesse a se interessar por conhecer, (re)lembrar ou recontar suas memórias, foi uma tática de re(existência) do barítono, talvez a mais contundente, pois registrada por ele mesmo, com as palavras dele, as seleções e supressões dele próprio.

No que tange ao entrecruzamento das fontes, em variados momentos percebemos a tensão entre as narrativas e como eram estabelecidas disputas discursivas a depender do lugar ocupado pelos entrevistados. Consideramos que, a depender do lugar social ocupado, as percepções poderiam ser contraditórias e absolutamente diferentes.

Observar, por meio de um olhar diacrônico, a recorrência de discursos preconceituosos, culpabilizantes e desprovidos de análises mais aprofundadas acerca das desigualdades perpetuadas no Brasil, causou-nos preocupação. Mais especificamente no campo da educação, acompanhamos nos últimos anos a cruzada antigênero, do racismo e outras violências discriminatórias.

Entendemos que a academia, por ser o *lócus* privilegiado de produção do conhecimento, deve ser um dos primeiros espaços de insurgência contra autoritarismos, discriminações, opressões e violências de quaisquer naturezas. Nesse sentido, estudos voltados para a reconstrução, preservação e divulgação das memórias e histórias de sujeitos violentados, aviltados e destituídos de direitos é uma responsabilidade a ser assumida.

Manter-se neutro e distanciado diante da morte física e social de pessoas subalternizadas apenas por ser quem são, negando-lhes o direito de existir em sua plenitude, não nos parece ser o papel da ciência. O silêncio e a omissão diante de violências perpetradas, ou ser pessoalmente agentes dessas violências não nos parece adequado à atuação de cientistas e pesquisadores. Raimundo Pereira não silenciou, por suas singularidades se revelou, não se acovardou. Em 46 anos de vida deixou registrado em livro o que queria e como queria ser lembrado, numa expressão clara de que não queria ser esquecido, pois queria re(existir).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. I*nterseccionalidades*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAETANO, Marcio *et al* (org.) *Quando ousamos existir*: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.83851

EVARISTO, Conceição. Narrativas de (re)existência. *In*: PEREIRA, Amilcar Araujo. *Narrativas de (re) existência*: antirracismo, história e educação. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021. p. 24-47.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: W.M.F Martins Fontes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Eu (r)existo e vou continuar (r)existindo: travestis, mulheres transexuais e movimento social. In: CAETANO, Marcio *et al* (org.). *Quando ousamos existir*: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018, p. 72-76.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *Narrativas de (re) existência*: antirracismo, história e educação. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.

QUINALHA, Renan. *Contra a Moral e os bons costumes*: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Gersiney; SANTOS, Daiane Silva. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270028, p. 1-15. 2022. Disponível em https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270028. Acesso em 7 abr. 2014.

TOJEIRO, Cristina. *Muito Prazer*: sirva-se Raimundo Pereira Confidencial. Rio de Janeiro: Litteris, 2004.

VAZ, Livia Sant`Anna. *Cotas Raciais*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Submetido em abril de 2024
Aprovado em junho de 2024

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Marcia Pereira de Oliveira
Instituto Federal do Piauí - IFPI
E-mail: marcia.pereira33@yahoo.com.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8910-0101
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1120862018196737

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí - UFPI
E-mail: ednardo@ufpi.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3513-3316
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1728209127429787